



PARECER PRÉVIO Nº 65/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11558/2017.

Apensos: Processos nºs 14444/2018 e 10462/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manaquiri.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Aguinaldo Martins Rodrigues (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI E DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6275/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Anuais do **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues**, responsável pela Prefeitura Municipal de Manaquiri ao longo do exercício de 2016, em razão da procedência dos achados n. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 23, 24, 32, 33, 34, 37, 38, 40 e 41 da notificação n. 01/2017-DICAMI/CI;

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-Não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



PARECER PRÉVIO Nº 65/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 65/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11558/2017.

Apenso: Processo nº 14444/2018 e 10462/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manaquiri.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Aguinaldo Martins Rodrigues (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI E DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6275/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2016.

Revelia. Determinação. Ofício. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Considerar revel** com fulcro no art. 20, §4º, da Lei n. 2.423/96, o **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues**, responsável pela Prefeitura Municipal de Manaquiri ao longo do exercício de 2016;
- 10.2. Determinar** à SECEX que, nos termos da Portaria n. 152/2021-GP, autue processo de fiscalização de atos de gestão, de modo que os achados identificados pela CI-DICOP (Relatório n. 073/2019-DICOP) e pela CI-DICAMI (achados n. 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36 e 39 da Notificação nº 01/2017- CI/DICAMI) sejam apreciados e julgados pelo Egrégio Tribunal Pleno;
- 10.3. Oficiar** à Câmara Municipal de Manaquiri para que promova, no **prazo de 60 dias** após a publicação do parecer prévio, o julgamento destas Contas apresentadas pelo Sr. **Aguinaldo Martins Rodrigues** nos termos do art. 127, §5º, da Constituição Estadual;



ACÓRDÃO Nº 65/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

10.4. Dar ciência do desfecho destes autos ao **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues**.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-Não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral